



IBÓ ENERGÉTICA S.A.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 Em Milhares de Reais

ATIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		3.868	1.082
Aplicações financeiras	3	2	170
Contas vinculadas		170	54
Clientes	4	3.583	3.547
Adiantamentos a fornecedores	5	1.795	81
Adiantamento a empregados		8	-
Crédito tributário	6	241	239
Total do ativo circulante		<u>9.667</u>	<u>5.173</u>
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	5.000	5.000
Imobilizado	8	62.487	62.213
Intangível	9	2.218	2.218
Total do ativo não circulante		<u>69.705</u>	<u>69.431</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>79.372</u>	<u>74.604</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



IBÓ ENERGÉTICA S.A.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares de Reais

PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		310	116
Obrigações trabalhistas		100	71
Impostos e contribuições a recolher	10	458	341
Outras obrigações a pagar	11	403	-
Total do passivo circulante		<u>1.271</u>	<u>528</u>
NÃO CIRCULANTE			
Dividendos a pagar	13.c	40.273	33.993
Outras obrigações a pagar	11	862	-
Total do passivo circulante		<u>41.135</u>	<u>33.993</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.a	29.447	29.447
Reserva legal	13.b	5.889	5.355
Reserva de lucros		-	5.281
Lucros a Distr. Regime de Transição IR 2025/2028	13.d	1.630	-
Total do Patrimônio Líquido		<u>36.966</u>	<u>40.083</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>79.372</u>	<u>74.604</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**IBÓ ENERGÉTICA S.A.****Demonstração do Resultado****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024****Em Milhares de Reais**

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	18	36.130	35.149
Custos dos serviços	19	(17.047)	(10.449)
LUCRO/PREJUÍZO BRUTO		19.083	24.700
Despesas gerais e administrativas	19	(2.796)	(1.885)
Receitas financeiras	20	27	210
Despesas financeiras	20	(341)	(361)
Total das (despesas) receitas operacionais		(3.110)	(2.036)
RESULTADO OPERACIONAL		15.973	22.664
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	5.830	727
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL		21.803	23.391
Imposto de Renda		(733)	(758)
Contribuição Social		(407)	(413)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.663	22.220

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



IBÓ ENERGÉTICA S.A.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares Reais**

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Lucros</u>		<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>		
Saldos em 31 de dezembro 2023	29.447	4.244	10.582	-	44.273
Resultado do exercício	-	-	-	22.220	22.220
Constituição de reserva legal	-	1.111	-	(1.111)	-
Proposta de destinação de lucros	-	-	(10.582)	(15.828)	(26.410)
Reserva de retenção dos lucros	-	-	5.281	(5.281)	-
Saldos em 31 de dezembro 2024	29.447	5.355	5.281	-	40.083
Resultado do exercício	-	-	-	20.663	20.663
Constituição de reserva legal	-	534	-	(534)	-
Proposta de destinação de lucros	-	-	(5.281)	(18.499)	(23.780)
Luc.Distr. Reg.de Trans.IR 2025/2028	-	-	1.630	(1.630)	-
Saldos em 31 de dezembro 2025	29.447	5.889	1.630	-	36.966



IBÓ ENERGÉTICA S.A.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Milhares de Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Resultado do período	20.663	22.220
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Provisões para contingências	-	-
Depreciação e amortização	4.641	4.623
Varição cambial, monetária e encargos sobre empréstimos	331	(888)
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	168	3.332
Contas a receber	(36)	841
Adiantamentos	(1.723)	482
Outros ativos	(118)	53
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	194	(237)
Obrigações com pessoal	29	17
Impostos e contribuições	117	(112)
Contas a pagar	935	-
Outros passivos	-	5
	25.201	30.336
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado	(4.915)	(3)
	20.286	30.333
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(9.919)
Pagamentos de dividendos	(17.500)	(20.450)
Partes relacionadas	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(17.500)	(30.369)
	2.786	(36)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	2.786	(36)
Caixa e equivalentes no início do período	1.082	1.118
Caixa e equivalentes no fim do período	3.868	1.082
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	2.786	(36)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



IBÓ ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 Em Milhares Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objetivos sociais específicos e exclusivos a construção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia de fontes de hidroelétrica, termoeletricas, eólicas, solar, biomassa, e outras fontes energéticas, mediante a concessão pública outorgada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – órgão da União.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para preparação de suas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 06 de março de 2026.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.



e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. Nossas taxas de depreciação estão de acordo com as resoluções da ANEEL n.º 674 de 18 de agosto de 2015.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e outros ativos não circulantes têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2025.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são tributados com base no lucro presumido.

I) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

j) Normas novas, revisadas e interpretações emitidas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade - IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade -IFRS 15 - sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
jCPC 06 (R2) -Arrendamento mercantil	Correlação as normas internacionais de contabilidade -IFRS 16. Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	Correlação as normais internacionais de contabilidade - IFRS 2. Refere-se às alterações na mensuração de transação com pagamentos baseados em ações.	O IASB adiou indefinidamente a data de vigência.

ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão	Está interpretação orienta os concessionários de concessões sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas.	A interpretação Técnica ICPC 01 aprovada pelo Comitê em 06 de novembro de 2009.
---------------------------------------	---	---

A Companhia pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva. Na avaliação preliminar da Companhia não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Com relação ao CPC06 não existem operações de arrendamento que exigirá alterações significativas dos valores apresentados.

Por fim, não é esperado efeitos significativos na adoção inicial do CPC48, uma vez que a Companhia não possui instrumentos financeiros complexos.

K) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As Companhias também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Além disso, todas as Companhias são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

A Companhia analisou as novas normas contábeis e alterações vigentes e, avaliou que as mesmas não apresentaram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras individuais.”



3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2025	2024
Certificado de Depósitos Bancários	<u>2</u>	<u>170</u>
Total	<u>2</u>	<u>170</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Contas a receber CP	3.583	3.547
Contas a receber LP	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.583</u>	<u>3.547</u>

A Administração da Sociedade não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois entende que os valores serão realizados.

Composição por Vencimento das Contas a Receber

	2025	2024
A Vencer	3.583	3.547
Vencidos – Mais de 181 dias	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>3.583</u>	<u>3.547</u>

5. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	<u>1.795</u>	<u>81</u>
Total	<u>1.795</u>	<u>81</u>

Pagamentos efetuados a fornecedores em adiantamento por construção em partes do ativo imobilizado, manutenção corretiva pelo rompimento de adutora em 2025 e prêmios de seguros a realizar.

6. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	2025	2024
Impostos retidos na fonte s/faturamento não recebido	222	220
Impostos pagos a maiores diferença a compensar	<u>19</u>	<u>19</u>
Total	<u>241</u>	<u>239</u>

7. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Contas a Receber – Não Circulante		
Caipé Participações Ltda	5.000	5.000
Total	<u>5.000</u>	<u>5.000</u>

8. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual %</u>	<u>Saldo 31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo 31.12.2025</u>
Custo						
Imobilizado em Serviços						
- Geração						
Terrenos		778	2.350	-	-	3.128
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	4.944	-	-	-	4.944
Edificações, obras civis e	2 a 4%	91.589	-	-	-	91.589
Turbinas	2,50%	8.759	2.565	-	-	11.324
Máquinas e equipamentos	3,3 A	12.886	-	-	-	12.886
Outros	4%	2.382	-	-	-	2.382
Total		121.338	4.915	-	-	126.253
- Administração						
Máquinas e equipamentos	10%	8.586	-	-	-	8.586
Móveis e utensílios	10%	40	-	-	-	40
Computadores e periféricos	20%	53	-	-	-	53
Veículos	20%	61	-	-	-	61
Outros	10%	21	-	-	-	21
Total		8.761	-	-	-	8.761
Total Geral		130.099	4.915	-	-	135.014
Depreciação Acumulada						
Reservatórios, barragens e adutoras		(1.791)	(134)	-	-	(1.925)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(46.913)	(3.639)	-	-	(50.552)
Turbinas		(2.983)	(240)	-	-	(3.223)
Máquinas e equipamentos		(6.320)	(482)	-	-	(6.802)
Outros		(1.335)	(96)	-	-	(1.431)
Total		(59.342)	(4.591)	-	-	(63.933)
- Administração						
Máquinas e equipamentos	10%	(8.449)	(24)	-	-	(8.473)
Veículos	20%	(27)	(13)	-	-	(40)
Móveis e utensílios	10%	(33)	(2)	-	-	(35)
Computadores e periféricos	20%	(32)	(9)	-	-	(41)
Outros	10%	(3)	(2)	-	-	(5)
Total		(8.544)	(50)	-	-	(8.594)
Total Geral		(67.886)	(4.641)	-	-	(72.527)
Total líquido		62.213	274	-	-	62.487



9. INTANGÍVEL

Adesão ao prazo de extensão da outorga em atendimento a Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, conforme disposto na Resolução Homologatória nº 2.919/2021 de 12.08.21 ("REH 2.919/21), pelo prazo de 1.337 dias, com nova vigência até 17/08/2036, confirmando a extensão de 20/12/2033 a 17/08/2036. Face a nova vigência da outorga foi entregue em pagamento o direito a receber que constava junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Termo de aceite assinado em 10/06/2021.

Início da amortização do intangível em 20/12/2033 a taxa de 27,8856% aa.

	2025	2024
Outorga Agência Nacional de Energia Elétrica Aneel.	2.218	2.218
(-) Amortização	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.218</u>	<u>2.218</u>

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
Imposto de renda trimestral a recolher	162	104
Contribuição social trimestral a recolher	64	63
Pis a recolher	31	26
Cofins a recolher	143	119
ICMS Difal	12	-
Outros impostos de retenções	<u>46</u>	<u>29</u>
Total	<u>458</u>	<u>341</u>

11. Outras contas a pagar

A Sociedade adquiriu em 2025 assumiu as prestações de financiamentos CCB Banco Sicred, em nome do proprietário das terras adquiridas e está pagando as parcelas nos seus vencimentos programados.

Instituição	Data de Venc.	Taxas % a.a	Passivo		2025	2024
			<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Banco Sicred	01/04/2032	0,27	<u>236</u>	<u>720</u>	<u>956</u>	-
Banco Sicred	20/05/2026	2,3154	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>26</u>	-
Banco Sicred	20/07/2027	3.4900	<u>141</u>	<u>142</u>	<u>283</u>	-
Total			<u>403</u>	<u>862</u>	<u>1.265</u>	-

12. CONTINGÊNCIAS

A Sociedade está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) O capital social

O capital social subscrito é de R\$ 29.447 (vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil reais), divididos em 29.447 (vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(c) Dividendos distribuídos e a disposição

Os lucros obtidos e apontados em balanço serão disponibilizados conforme cláusula 7ª. Do contrato de constituição. Até o final do exercício de 2025, à destinação dos lucros estão conforme a seguir:

AGE/AGO	Data	Lucros disponibilizados	Data do Balanço	Pago	Saldo a pagar
AGE	25/09/2023	11.460	30/06/2023	(11.460)	-
AGO	06/05/2024	10.580	31/12/2023	(10.580)	-
AGE	29/11/2024	15.830	30/09/2024	(1.108)	14.722
AGE	10/12/2025	25.551	31/12/2025	-	40.273

(d) Lucros a Distribuir Regime de Transição IR 2025/2028

Ata AGE de 10/12/2025, registrada na JUCESP em 17/12/2025, item V deliberado que os lucros apurados até 31/12/2025 que não tiverem destino definido estão aprovados para distribuição de lucros imunes conforme previsto na legislação na lei 15.270/2025.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Sociedade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. AVAIS E FIANÇAS PRESTADOS

A Sociedade, em 31 de dezembro de 2025, não possui responsabilidades por garantias prestadas a empresas coligadas, controladas e associadas.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos, considerando a natureza de sua atividade, sendo os principais.

- a. Seguro de responsabilidade civil, contratado junto a Chubb Seguros Brasil S.A, com o Objetivo de garantir até o limite máximo da apólice, o pagamento de indenizações ao segurado, a título de reembolso ou diretamente ao terceiro prejudicado, desde que previamente acordado pela seguradora, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado, exarada em ação de responsabilidade civil contra o segurado, ou por acordo entre este e os terceiros prejudicados, com anuência da Seguradora, relativas as reparações por danos físicos à pessoa e/ou materiais involuntariamente causados a terceiros e/ou Despesas Emergenciais empreendidas pelo segurado na tentativa de evita-los e/ou minorá-los, ocorridos durante a vigência da apólice que vai de 28/02/2025 a 28/02/2026 e que decorram de riscos cobertos nele previstos, até o limite máximo de garantia especificado de R\$ 2.000.000,00.

Coberturas, Limites e Franquias. Coberturas	LMI (R\$)	Franquia (R\$), por evento:	
Cobertura Básica 101 – Operações	R\$ 2.000.000,00 por evento e R\$ 3.000.000,00 no agregado anual.	POS em 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por evento	
Cobertura Básica 103 – RC Empregador		POS em 20% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 5.000,00 por empregado	
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica		POS 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 20.000,00	
Barragens		POS 20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 20.000,00	
Poluição Súbita		POS 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 20.000,00	
Cobertura adicional guarda de veículos terrestres de terceiros		100% dos limites acima	POS 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por veículo.
Despesas de contenção de sinistros		Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas	Conforme cobertura contratada

	contratadas	
Despesas de salvamento	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada
Danos morais e estéticos	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada
Perdas financeiras / lucros cessantes	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada

b. Seguro de risco operacional, contratado junto a Fator Seguradora S.A, com vigência entre 28/02/2025 e 28/02/2026, e com o objetivo de garantir a totalidade da operação da PCH Sete Quedas, subdividindo os danos por partes da operação, atingindo o limite total de R\$ 128.332.605,00 de garantias de indenização, conforme disposto:

Seção I – DANOS MATERIAIS		
COBERTURAS	LIMITES (R\$)	FRANQUIAS POR EVENTO (R\$)
Danos Materiais - Incluindo Quebra de Máquinas	128.332.605,00	Danos por Eventos da Natureza, Alagamento, Inundação e Desmoronamento: P.O.S. de 15% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500.000,00. Demais Eventos: Estruturas / Obras Civis, inclusive Barragem, Turbinas, Geradores e Transformadores: 15% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 350.000,00. Demais Bens e Equipamentos: 15% dos dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ R\$ 250.000,00

SUBLIMITES (R\$)		
Alagamento / Inundação	10.000.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500.000,00
Linhas de Transmissão	1.127.911,00	10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 150.000,00

COBERTURAS ADICIONAIS (R\$)		
Despesas Extraordinárias	1.000.000,00	Somar aos prejuízos indenizáveis da cobertura acionada.
Despesas com remoção de entulhos/escombros	2.000.000,00	Somar aos prejuízos indenizáveis da cobertura acionada.
Despesas de salvamento e contenção de sinistros	500.000,00	Somar aos prejuízos indenizáveis da cobertura acionada.
Honorários Profissionais / Honorários de Peritos / Danos Materiais	500.000,00	Somar aos prejuízos indenizáveis da cobertura acionada.



Inclusão, Exclusão, Alteração de Bens, locais valores em risco	1.000.000,00	Conforme cobertura acionada
--	--------------	-----------------------------

CLAUSULAS PARTICULARES (R\$)		
Despesas de combate a incêndios	500.000,00	Somar aos prejuízos indenizáveis da cobertura acionada.

c. OUTROS SEGUROS

Seguro compreensivo empresarial, seguro veicular e seguro de vida de funcionários também fazem parte das coberturas contratadas em menor escala.

17. RISCO DE LIQUIDEZ

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, aportes de acionistas e empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Adicionalmente, existem outras obrigações a pagar sem prazo de vencimento determinado.

18. RECEITAS

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	2025	2024
Receita Bruta		
Venda da Energia Gerada – Nacionais	37.734	36.480
Total	<u>37.734</u>	<u>36.480</u>
Deduções das Receitas		
Devoluções e serviços cancelados	(213)	-
PIS e COFINS	(1.391)	(1.331)
Total	<u>(1.604)</u>	<u>(1.331)</u>
Total	<u>36.130</u>	<u>35.149</u>

A Companhia reconhece, os tributos incidentes sobre as receitas, baseada nas alíquotas vigentes e seguindo o regime de competência. Não há incidência de ISS sobre faturamento pois o total das receitas da Companhia advém de vendas de energia gerada. Para o ICMS há não incidência conforme artigo 5º, III do RICMS-MT/2014 – operações no âmbito do Proinfa – ajuste SINIEF de 03 de abril de 2009.

19. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Matérias – Primas e Materiais de Uso e Consumo	(5.756)	(2.477)
Mercado regulador de operação de energia CCEE	(1.391)	(993)
Serviços de Terceiros	(6.152)	(2.959)
Despesas com pessoal	(490)	(472)
Despesas com Aluguel	(91)	(84)
Despesas com Consumo	(550)	(303)
Depreciação e Amortização	(4.641)	(4.623)
Despesas legais e contingenciais	(5)	(10)
Despesas com Locomoção, Viagens e Refeições	(408)	(165)
Despesas Tributárias	(44)	(22)
Despesa de Seguros	(315)	(226)
Total	<u>(19.843)</u>	<u>(12.334)</u>

A CCEE é a entidade responsável pela Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo, a qual é realizada por meio do Banco Liquidante. A Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo está prevista na Lei nº 10.848, e a regulamentação se dá pelos seguintes documentos: (i) Decreto nº 6.353/2008; (ii) Resolução ANEEL nº 552/2002 e Resolução ANEEL nº 216/2006; (iii) Regras e Procedimentos de Comercialização vigentes; e (iv) demais atos administrativos do MME e da ANEEL.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimentos de aplicação financeira	17	210
Outras receitas financeiras	10	-
Subtotal	<u>27</u>	<u>210</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros e empréstimos bancários	(331)	(354)
Encargos sobre pagamentos em atraso	(4)	(1)
Outras despesas financeiras	(6)	(6)
Subtotal	<u>(341)</u>	<u>(361)</u>
Total	<u>(314)</u>	<u>(151)</u>

21. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

Provisões para contingências	2025	2024
Recuperação de juros de financiamento por adimplência	-	727
Reembolso de despesas	2	-
Recuperação de seguros	5.828	-
Total	5.830	727

Recuperação de seguros

	2025	2024
Materiais Comprados	(1.660)	-
Serviços Tomados	(2.823)	-
Combustíveis	(173)	-
Hospedagens e passagens	(186)	-
Fretes	(32)	-
Serviços executados UG3	(116)	-
Serviço das turbinas	(816)	-
Outros serviços executados	(22)	-
Total	(5.828)	-

MARCOS GABRIEL
PESTANA
LISBOA:05046531801
Assinado de forma digital por
MARCOS GABRIEL PESTANA
LISBOA:05046531801
Dados: 2026.04.14 11:04:20
-03'00'

Marcos Gabriel Pestana Lisboa
Diretor

MARLUS RENATO
DALL
STELLA:14772302972
Assinado de forma digital por
MARLUS RENATO DALL
STELLA:14772302972
Dados: 2026.04.14 11:02:56
-03'00'

Marlus Renato Dall'Stella
Diretor

MAURICIO
MUGNOL:052301118
01
Assinado de forma digital por
MAURICIO MUGNOL:05230111801
Dados: 2026.04.14 11:04:41 -03'00'

Maurício Mugnol
Contador CRC 1SP137537/O-7



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

IBÓ ENERGÉTICA S. A

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Relatório dos Auditores Independentes

www.sgsauditores.com.br



comunicacao@sgsauditores.com.br



+55 11 3862-1844 | +55 11 94595-2780



Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D Sala 608 e 109, 05319-000

Av. Marquês de São Vicente, 446 - Torre A Sala 801, 01139-000



IBÓ ENERGÉTICA S.A
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025 e de 2024

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanços patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 21

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
IBÓ ENERGÉTICA S.A.

Juscimeira - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **IBÓ ENERGÉTICA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IBÓ ENERGÉTICA S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026.



SGS Auditores Independentes LTDA
CRC 2 SP 020.277/O-5 S-MT

Presley José Godoy
Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5 S-MT

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 14 Abril 2026, 09:34:24



Status: Assinado

Documento: PARECER_IBÓ ENERGÉTICA_31.12.2025_12.03.2026.Pdf

Número: b8b752bb-34be-483a-9920-089714432c16

Data da criação: 14 Abril 2026, 09:31:25

Hash do documento original (SHA256): 7c99be1d1b943f2db4006d5db045b4d2ddc2713bfb0e3d2de8c28f642d1dabe8



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado via ZapSign by Truora</p> <p>PRESLEY JOSÉ GODOY Data e hora da assinatura: 14/04/2026 09:34:23 Token: 717b9a0c-203e-49a8-9365-b10ed81a6e56</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Presley José Godoy</i></p> <p>Presley José Godoy</p>
<p>Pontos de autenticação: Telefone: 5511964866712 E-mail: sgs@sgsauditores.com.br Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 177.141.244.191 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número b8b752bb-34be-483a-9920-089714432c16, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign b8b752bb-34be-483a-9920-089714432c16. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.